

Antônio Carlos da Freiria

O simples bem feito

Sugestões de um empreendedor para
descomplicar a gestão pública

1ª Edição

Ribeirão Preto

Outras Palavras

2019

Expediente:

Ilustração da capa: Flávia Lima

Edição de textos: Flávia Lima (instagram: @flavialima.jornalista

e-mail: lima.anafavia@gmail.com)

Organização e revisão: Ana Cândida Tofeti (anacandida@outras.com.br)

Projeto gráfico/diagramação/ilustrações internas: Jaque dos Santos

(jaque_dossantos@hotmail.com)

Coordenação editorial: Outras Palavras (www.outras.com.br)

Contatos do autor: www.osimplesbemfeito.com.br

(e-mail: contato@osimplesbemfeito.com.br e fone: 16 9 9759 1201)

Impressão: São Francisco Gráfica (www.saofranciscograf.com.br)

Tiragem: 3 mil exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freiria, Antônio Carlos da

O simples bem feito : sugestões de um empreendedor para descomplicar a gestão pública / Antônio Carlos da Freiria. -- 1. ed. -- Ribeirão Preto, SP : Outras Palavras, 2019.

ISBN 978-85-63890-13-9

1. Administração pública 2. Cidadania 3. Economia
4. Educação 5. Empreendedorismo 6. Previdência social
7. Sustentabilidade I. Título.

19-27031

CDD-354

Índices para catálogo sistemático:

1. Gestão pública 354

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-63890-13-9



9 788563 890139

Índice

MEIO AMBIENTE

Chaga aberta 7

EMPREENDEDORISMO

Nem tudo é para sempre 21

EDUCAÇÃO

Educar para a vida 33

SAÚDE

Sistema complexo num país gigante 49

ECONOMIA

O braço duro da inflação 59

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sem consenso, sem vencedores 73

REFORMA POLÍTICA

Onde falta independência 81

CONCLUSÃO

Do simples bem feito ao mais complexo 95

CHAGA ABERTA

Abrimos, distraídos, pequeninas feridas difíceis de cicatrizar. Feridas que nascem das sobras de ontem, das embalagens do consumo excessivo, dos latões que se enchem diariamente em nossas áreas de serviço. Pequenas escaras que crescem logo mais, à frente, nos aterros ou lixões instalados nos flancos das cidades, o mais longe possível das vistas civilizadas. Estas horrendas lesões abrigam montanhas de lixo, que poderiam ser reduzidas em até 80%. Então, por que não são? Por que permitir que as chagas se alastrem até nossos rios, oceanos e ar, até que um dia cortem todo o planeta na carne? Por que, se é possível contê-las?



MISAEI RECICLA, POR CONTA PRÓPRIA,
800 QUILOS DE LIXO POR SEMANA

‘Catador’ a duras penas

Misael Nascimento de Jesus tira todo o seu sustento do lixo. Invisível aos olhos da maioria (quando não, visto com olhos de aversão), nos salva, semanalmente, de 800 quilos de lixo, que deixariam de ser reciclados se não fosse seu esforço individual, totalmente desatrelado de qualquer participação do poder público. Um trabalho que começa às 7h e se encerra por volta da meia-noite, de segunda a sábado.

Quando chove pouco, Misael consegue tirar R\$ 600,00 por semana e sobra, até, para um bom marmiteix no almoço. Diariamente,

vende o que coleta a um ‘ferro-velho’, empresa particular de reciclagem que, por sua vez, revende para a Indústria.

“Só não aproveito isopor e madeira”, conta Misael, que deixou família em Salvador (BA), aos 45 anos, em busca de trabalho na construção civil. Pedreiro profissional desde os 16 anos, chegou há dois anos a Ribeirão Preto (SP), cidade-sede de uma das regiões metropolitanas mais ricas do país, bem no auge de uma das mais severas crises política e econômica.

“No começo, até consegui uns bicos como pedreiro. Depois, o jeito foi aproveitar a dica de uma vizinha e começar nesse serviço. Tenho vergonha de contar para os parentes da Bahia o que eu faço aqui. Porque é um serviço muito duro e sem respeito, né?”

Por que o trabalho de Misael não é valorizado e estimulado oficialmente pelo poder público? Por que as prefeituras abrem licitações para contratar empresas que se beneficiam com cada quilo de lixo que deixam de reciclar? Responder a estas indagações é tarefa de cada gestão pública, mas vamos, aqui, apontar alternativas simples e viáveis para este paradoxo.

Para começar, vamos ressignificar a profissão de Misael e sua importância social. Assim, o ‘catador’ agora sai de cena e dá lugar ao ‘reciclador’, um prestador de serviços, que poderá ser contratado pelo poder público para o importante trabalho de reciclar nosso lixo.

Pagamos para não reciclar

Também é preciso tocar numa ferida que não pode ser ignorada, pois nela reside um obstáculo para conseguirmos implantar uma reciclagem realmente significativa, no Brasil: o poder público paga

para não reciclar, à medida que as empresas de lixo contratadas pelas prefeituras recebem, quase sempre, por tonelada de lixo que descarregam nos aterros ou nos lixões, independentemente do tipo de lixo que levam para lá, reciclável ou não.

Sendo assim, quanto mais lixo vai para o aterro, melhor. Portanto, quase tudo o que a empresa contratada recolhe tem o mesmo destino, inclusive plástico, papelão, metal, vidro, madeira e outros materiais.

Pagando por tonelada de lixo descarregada, sem discriminar o tipo, o poder público incentiva o descarte inadequado de toneladas de materiais que poderiam ser reaproveitados, ao invés de poluir o meio ambiente definitivamente. Num olhar rápido, podemos concluir que as prefeituras não se interessam em reciclar. Ou, ainda pior, que o poder público paga para que nosso lixo não seja reciclado.

Reciclador: personagem central da nova história

A sugestão, nesse caso, é que cada prefeitura pague para o reciclador fazer o movimento inverso: levar o maior número possível de lixo reciclável para as usinas, recebendo pelo duplo trabalho que executam: da prefeitura, por retirar o lixo das ruas, e da indústria de reciclagem, pelo material reaproveitável que venderão ali.

Afinal, se o poder público já paga para uma empresa levar quase todo o nosso lixo (inadequadamente) ao aterro, por que não utilizar esta verba para pagar ao reciclador autônomo, que seria um prestador de serviços da prefeitura? Tal medida corrigiria um sistema que se configura como uma grande inversão de valores e prioridades. Inversão criada,

talvez, não por má fé, mas pela comodidade em administrar um único sistema, uma única empresa vencedora da licitação. Afinal, não há dúvida de que a proposta apresentada, aqui, é mais complexa e de difícil gerenciamento, embora nada impossível sobretudo com a participação de ambientalistas e com resultados da maior importância para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, pois geraria emprego e renda a uma multidão, hoje invisível e vivendo abaixo da linha de pobreza.

A verba já existe. Bastaria ser remanejada, para garantir mais eficiência à destinação do lixo, além de profissionalizar e melhorar as condições de vida de milhares de recicladores brasileiros que, hoje, trabalham em condições precárias e ganham quase nada pelo serviço de grande valor que prestam à comunidade. Vivem em tamanha informalidade, que chegam a ser considerados clandestinos. Recebem tão pouco pelo árduo trabalho, que utilizam veículos quase sempre muito precários. E, obviamente, não vacilariam em deixar tal serviço para assumir qualquer outro.

Drive thru: descarte correto e eficiente

Móveis velhos, eletrodomésticos quebrados, baterias, lâmpadas fluorescentes e tantos outros objetos, quase sempre nem chegam a ser enviados aos aterros (o que já seria bastante ruim). Vão para destino ainda pior, acabam boiando nos rios ou entulhando áreas públicas próximas às casas de seus antigos donos, pessoas que, muitas vezes, não têm condições financeiras para pagar pelo transporte destes itens até um local apropriado. Como cobrar atitude diferente ou

mesmo multar, sem antes oferecer uma opção real para que façam o que é certo?

Uma solução simples pode suprir a demanda da população e de pequenas empresas: a criação de Drives Thrus para objetos recicláveis. Eles poderão ser instalados em áreas desocupadas, em vários pontos das cidades. As pessoas entram ali com seus veículos e entregam seu lixo reciclável à associação de recicladores, futuramente, o encaminhará a destinos apropriados: à indústria de reciclagem ou ao reúso.

E, para aqueles que não têm veículo, haverá um serviço de agendamento para o Drive Thru buscar. Serviços semelhantes já estão disponíveis em alguns poucos municípios brasileiros, porém funcionam precariamente, sem divulgação e atendendo a uma parcela pequena da população.

LOGÍSTICA REVERSA

Os Drives Thrus serão gerenciados pelo poder público, mas patrocinados por empresas com grande passivo ambiental, que necessitam de pontos assim para realizarem a logística reversa a que são obrigadas por lei. Isso significa que elas precisam retirar do meio ambiente as embalagens e produtos que fabricam, após o uso pelo consumidor, para que não contaminem irreversivelmente o solo. É o que ocorre com as indústrias de bebidas (que vendem cervejas sem o retorno da embalagem). E o que dizer das rolhas e vinhos que vêm do exterior? Caberia aos importadores a responsabilidade pela reciclagem desse material. Mas, claro, sabemos que a logística reversa em tão grande distância seria impossível, pois falamos de empresas localizadas na França, no Chile, em Portugal e na Argentina, dentre outros países. No entanto, nada impede que estas indústrias, que vendem produtos tão caros,

paguem para que nossas cooperativas de recicladores façam esta logística reversa. Os próprios consumidores desses refinados produtos, muitas vezes pessoas conscientes da necessidade de reciclar, ao atentarem para esta questão, talvez também queiram colaborar financeiramente para resolvê-la, pagando um pouquinho a mais para satisfazer seu refinado paladar sem agredir o meio ambiente.

No caso das indústrias que produzem vidros, seu patrocínio aos Drives Thrus será fundamental para ambas as partes, pois trata-se do material reciclável de decomposição mais lenta e cujo reuso é menos estimulado, em decorrência do baixo valor de mercado de vidro para reciclar.

Outro agressivo contaminante do solo são as lâmpadas fluorescentes: material frágil, são quase sempre jogadas em caçambas de entulhos ou recolhidas pelo caminhão de coleta comum. Também nesse caso, os Drive Thrus, em parceria com os fabricantes e importadores deste material, se apresentarão como solução redentora.

Cuidar das praças: tarefa da comunidade

A praça é espaço de convivência dos mais valiosos numa comunidade. Sabendo de sua importância, muitas pessoas já se dedicam, hoje, a cuidar gratuitamente delas. Sendo estimuladas pelo poder público, vão ajudar a construir, em grande escala, um projeto coletivo de proteção desses locais.

Hoje, a manutenção de nossas praças é feita a partir de uma lógica tão equivocada quanto a do lixo: paga-se para a pessoa errada fazer

o serviço. Quando a lâmpada de um poste queima, um banco é quebrado, quando há necessidade de se instalar equipamentos de ginástica ou brinquedos infantis, o poder público abre uma morosa licitação.

O cuidado com a jardinagem também costuma ser negligenciado. E, assim, as praças têm cada vez menos condições de uso, afastando as famílias dali, proibindo o acesso das pessoas ao lazer e à convivência coletiva. Sobretudo nos grandes centros.

Para esses casos, a proposta é terceirizar cada praça aos cuidados de uma associação daquele bairro, formada com o objetivo exclusivo de cuidar dela. O poder público pagará um pequeno valor a cada associação (economizando, em relação às licitações públicas). Com este recurso, os integrantes da associação cuidarão, com prazer, diariamente da praça.

Haverá regras preestabelecidas para obras, projetos e mesmo jardinagem, sendo o poder público o criador e principal fiscalizador delas. Porém, cada associação terá autonomia para fazer melhorias, de acordo com a necessidade específica.

O projeto incluirá boa jardinagem, playground para crianças, academia de ginástica para adultos, bancos bem cuidados, iluminação adequada e coreto para abrigar programas e eventos culturais e gastronômicos, organizados pela própria comunidade, gerando lazer e recursos extras para a praça. E um diferencial: a criação e manutenção, em cada praça, de uma horta comunitária, incluindo uma composteira para a população e os comerciantes locais depositarem ali seu lixo orgânico. Com o resultado da compostagem, além de reciclar o lixo, vão gerar adubo para a horta, que deverá envolver crianças e adolescentes do bairro, para sua educação ecológica.

Dando espaço e opção de participação às crianças, nossas praças se transformarão, também, numa extensão da escola, colaborando para

a formação de adultos mais conscientes e participativos, além de lhes garantir um presente mais saudável, com oportunidade de vivência ao ar livre e de convivência e aprendizagem com pessoas de várias gerações.



Compostagem: solução simples para o lixo orgânico

Compostagem é um conjunto de técnicas aplicadas para estimular a decomposição de lixo orgânico (restos de comida, cascas de frutas e legumes etc.), transformando tudo isso num adubo muito rico para o solo.

É boa e custa pouco. Por que, então, não disponibilizar pontos de compostagem nas cidades? Em praças e outros locais públicos de grande acesso, é possível criar tais espaços, onde os responsáveis por restaurantes e outras empresas que manipulam alimentos, além da população, terão a obrigação de deixar seu lixo orgânico para compostagem.

tem Po de decomposição do Lixo reciclável



Papel

de 3 a 6 meses



Tecido

de 6 meses a 1 ano



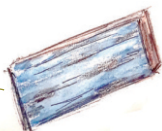
Chiclete

mais de 5 anos



Ponta de cigarro

mais de 5 anos



Madeira pintada

mais de 13 anos



Náilon

mais de 20 anos



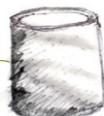
Couro

mais de 30 anos



Metal

mais de 100 anos



Alumínio

mais de 200 anos



Plástico

mais de 400 anos



Vidro

mais de 1.000 anos



Borracha

indeterminado

A CADA 24 HORAS, o Brasil produz cerca de **320 MIL TONELADAS** de lixo. Só na cidade de São Paulo, são 20 mil toneladas por dia, o equivalente a 1,6 kg de lixo por pessoa
(Fonte: Universidade de São Paulo – USP).

Os **'CATADORES'** são responsáveis por quase **90% DO LIXO** reciclado no Brasil
(Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA).

Ainda assim, **RECICLAMOS POUQUÍSSIMO**: da forma como é descartado hoje, sem nenhuma medida de incremento, mais de 30% do nosso lixo tem potencial de reciclagem, mas **REAPROVEITAMOS APENAS 3%**. O que comprova que poderíamos gerar muito mais emprego e renda nesse setor
(Fonte: Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS)

O Brasil tem, hoje, cerca de **800 MIL RECICLADORES**, sendo que somente pouco mais de 10% **SÃO ORGANIZADOS EM COOPERATIVAS**
(Fonte: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCMR).

A maioria procurou a atividade como **ALTERNATIVA AO DESEMPREGO**. No começo de 2019, registramos taxas recordes: **MAIS DE 12% DE DESEMPREGADOS E QUASE 25% SUBUTILIZADOS**, trabalhando em funções abaixo de sua capacidade.
(Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)

Mais de 90% **DO LIXO VAI DIRETO PARA OS ATERROS**. Com tempo, tudo é fermentado, gerando o chorume e o gás metano. Entre os 10% restantes, **SOMENTE UMA MÍNIMA PARTE VAI PARA USINAS** de reciclagem, solução muito mais ecológica, porém 15 vezes mais cara.

JAPÃO É modelo PARA o mundo

No Japão, não há lixões nem aterros sanitários como os nossos, mas modernas usinas de tratamento espalhadas pelo país. Os caminhões trazem o lixo, já separados pelos moradores em orgânico ou reciclável. Cada caminhão traz um tipo.

O lixo orgânico vai para um incinerador. De um lado, forma-se um gás, que alimenta uma turbina geradora de energia, que produz eletricidade suficiente para atender até 10 mil casas. O restante dos resíduos, que não se transformam em gás, também é reaproveitado (para asfaltar ruas, por exemplo). Para não lançar na atmosfera os perigosos poluentes resultantes da queima, há poderosos filtros nas chaminés.

Já o lixo reciclável é, primeiro, separado manualmente.

Trabalho para muita gente e, no final, tudo já sai embalado, pronto para a venda em centros de reciclagem. Com tudo isso, apenas 4% de todo o lixo não têm reaproveitamento.

O custo é alto: em média, R\$ 800 milhões por usina (elas, geralmente, ainda têm área de lazer completa para os funcionários, com energia gerada ali mesmo). Mas a longo prazo, sai muito barato, pois evita-se o imenso impacto ambiental que um lixão provoca nos rios, no solo e na saúde das pessoas.

A preocupação vai além da reciclagem: existe um grande cuidado das pessoas para produzir o mínimo de lixo possível.

Uma das consequências é que as ruas das cidades são absolutamente limpas.

Caro hoje e barato amanhã

Se implantadas as ações que sugerimos, aqui, faremos um trabalho completo para que o mínimo possível de lixo seja descartado nos aterros. Isso inclui a incineração dos muitos materiais que não necessitariam ir para o aterro, mas poderiam ser queimados, gerando energia térmica.

Todas as alternativas apresentadas são simples e viáveis, desde que implantadas rapidamente. Caso contrário, os problemas se agravarão rapidamente, como é comum no Brasil, em todas as áreas: demoramos tanto para implantar uma política pública que, assim que criada, ela já não será suficiente para a solução integral do problema, exigindo maiores investimentos em novas soluções e para a despoluição do que estamos contaminando hoje. Mais racional, portanto, seria um investimento imediato: o que parece caro e trabalhoso agora, vai resultar em qualidade de vida e sairá mais barato do que pensamos.

Tudo isso ainda poderá contar com financiamento externo de grupos interessados em preservar o meio ambiente.